



## **PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NOVO OBSERVATÓRIO: ACESSIBILIDADE ESPACIAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS CATARINENSES**

### ***UNIVERSITY EXTENSION PROJECT “NOVO OBSERVATÓRIO”: SPATIAL ACCESSIBILITY IN MUNICIPAL SCHOOLS OF SANTA CATARINA***

**Aline Eyng Savi**, Dra., Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), E-mail: [alinesavi@unesc.net](mailto:alinesavi@unesc.net)

**Sara Medeiros dos Santos Pizzatto**, Mestre, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), E-mail: [saramsp@unesc.net](mailto:saramsp@unesc.net)

**Rúbia Carminatti Peterson**, Mestre, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), E-mail: [rcarminatti@unesc.net](mailto:rcarminatti@unesc.net)

**Júlia Brehm Santos**, Mestre, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), E-mail: [juliabrehm.arq@gmail.com](mailto:juliabrehm.arq@gmail.com)

**Elaine Guglielmi Pavei Antunes**, Dra, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), E-mail: [elainegpa@unesc.net](mailto:elainegpa@unesc.net)

**Resumo:** O projeto de extensão universitária Novo Observatório analisa e promove a acessibilidade espacial em escolas municipais catarinenses. Fundamentado em metodologia participativa, integra ensino, pesquisa e extensão para diagnosticar barreiras arquitetônicas, propor soluções inclusivas e fortalecer a cultura da acessibilidade como princípio educativo e social.

**Palavras-chave:** Acessibilidade espacial, escola pública, projeto de extensão.

**Abstract:** The Novo Observatório university extension project analyzes and promotes spatial accessibility in municipal schools of Santa Catarina. Based on a participatory methodology, it integrates teaching, research, and outreach to identify architectural barriers, propose inclusive solutions, and strengthen accessibility as an educational and social principle.

**Key-words:** Spatial accessibility, public school, extension project.

## **1 INTRODUÇÃO**

O projeto de extensão “Novo Observatório: um olhar humano e inclusivo sobre as condições de acessibilidade espacial das escolas municipais de Maracajá/SC” insere-se na trajetória consolidada de ações extensionistas dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), cuja gênese remonta ao ano de 2018, quando foi implementada a primeira edição do programa voltada à análise técnica e



participativa das condições de acessibilidade nas escolas municipais de Morro da Fumaça, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação. Desde então, o projeto consolidou-se como uma experiência contínua de integração entre ensino, pesquisa e extensão, ampliando-se, nos ciclos subsequentes, para os municípios de Içara (2020–2022) e Forquilha (2023–2025), com resultados expressivos tanto na dimensão técnica quanto na dimensão social, ao promover transformações concretas no ambiente escolar e na cultura institucional sobre inclusão.

Essa relevância prática encontra respaldo na literatura científica contemporânea, que evidencia que a acessibilidade arquitetônica no ambiente escolar é elemento estruturante da educação inclusiva e equitativa. A ONU, por meio da Unicef, aponta que em dados globais, média de 75% das crianças com deficiência não possuem acesso a uma educação inclusiva de qualidade. Regiões como Europa Oriental, Central e Ásia Central estão em maior número de casos. Muitas destas crianças se encontram segregadas em escolas especiais, o que evidencia um desafio notório para a inclusão escolar mundial (Nações Unidas, 2025). Nas escolas brasileiras, as barreiras físicas e organizacionais ainda presentes, configuram entraves sistêmicos à efetivação do direito à educação, conforme demonstram estudos nacionais e internacionais recentes. Um estudo sistemático conduzido por Odeh et al. (2024) apontou que a própria conformação física dos edifícios escolares como, rampas inadequadas, desníveis internos, ausência de corrimãos ou sanitários adaptados, exerce impacto decisivo sobre a frequência e permanência de estudantes com deficiência, limitando não apenas o acesso ao espaço escolar, mas comprometendo seu desempenho, bem-estar e integração social. No mesmo sentido, uma pesquisa sobre “Construir Acessibilidade nas Práticas de Gestão Escolar” (Amani, 2025) reforça que o desafio da inclusão não é apenas técnico, mas também administrativo: para que uma escola seja verdadeiramente acessível, é imperativo que as políticas de acessibilidade estejam incorporadas ao planejamento pedagógico, à gestão de recursos humanos, à capacitação docente e à manutenção contínua, tornando a inclusão uma prática sistêmica e institucionalizada.

Simultaneamente, inovações tecnológicas e assistivas emergem como vetores complementares essenciais para amplificar o impacto das transformações físicas e metodológicas nos espaços escolares. De acordo com as Nações Unidas (2025), um fator decisivo apontado como chave a fim de melhorar a frequência escolar e o aprendizado das crianças é o acesso a tecnologias assistivas. A revisão sistemática de Samaniego López et al. (2025) demonstra que tecnologias como leitores de tela, dispositivos de braille, *softwares* de conversão voz-texto e aplicações de realidade aumentada podem favorecer a autonomia dos estudantes, aumentar sua participação ativa nas atividades e reduzir desigualdades de aprendizagem, desde que integradas de maneira crítica ao cotidiano escolar e acompanhadas por formação docente adequada. De modo convergente, Kooli (2025) destaca o papel das tecnologias de inteligência artificial na educação inclusiva, ao possibilitarem a personalização do suporte pedagógico em tempo real, ajustando-se às necessidades específicas de cada estudante com deficiência, por meio de interfaces adaptadas e leitores automáticos com processamento de linguagem natural. Essas evidências reforçam que a inclusão educacional contemporânea requer uma abordagem holística, em que espaço, gestão e tecnologia atuem de modo articulado para garantir equidade e permanência.

No contexto brasileiro, tais constatações revelam a urgência de ações que aliem avaliação técnica, sensibilização social e intervenção territorial. Dados do IBGE e INEP mostram uma evolução no número de matrículas de alunos com deficiência nas escolas regulares brasileiras, em especial no ensino fundamental. Nos anos de 2003, 2004 e 2005 ocorreu um avanço significativo das matrículas desses alunos. Este avanço demonstra a necessidade e urgência em providências quanto a inclusão das crianças com deficiência. É notório os desafios quanto à



preparação pedagógica, organizacional e espacial das escolas para que ocorra a real inclusão destas crianças (Kasper; Loch; Pereira, 2008).

É nesse cenário que o Novo Observatório se destaca como uma experiência inovadora de extensão universitária voltada à transformação do ambiente escolar em território de inclusão. Ao longo de suas edições, o projeto visitou 27 escolas municipais de ensino fundamental em municípios do extremo sul catarinense, aplicando metodologias participativas de diagnóstico baseadas na ABNT NBR 9050:2020 e no Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas (Dischinger et al., 2009). Essas análises resultaram na elaboração de relatórios técnicos individualizados, entregues às secretarias municipais e às gestões escolares, contendo recomendações de (re)adequação física e orientações para a eliminação de barreiras arquitetônicas e perceptivas. A devolutiva dos resultados consolidou um processo de aprendizagem coletiva, aproximando a universidade da comunidade e fortalecendo a cultura da acessibilidade como valor social e institucional.

Sob a perspectiva acadêmica, o Novo Observatório materializa a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão preconizada pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, atuando na interface entre direitos humanos, arquitetura inclusiva e justiça espacial. Ao aproximar o conhecimento técnico da realidade local, o projeto fomenta práticas interdisciplinares entre os cursos de graduação, constituindo um espaço formativo que permite aos discentes compreenderem a acessibilidade como direito humano e valor civilizatório, e não apenas como requisito normativo. A proposta ancora-se, ainda, nos princípios da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993), reforçando o compromisso institucional com a promoção da equidade, da cidadania e da justiça social.

Do ponto de vista teórico, as ações do Novo Observatório se fundamentam nas concepções de Desenho Universal (Imrie, Hall, 2001) e Justiça Espacial (Heylighen, 2023), que reconhecem o espaço construído como instrumento de inclusão, pertencimento e expressão da diversidade humana. Conforme argumenta Heylighen (2023), a verdadeira inclusão espacial ocorre quando o ambiente não apenas se adapta às necessidades dos usuários, mas quando incorpora, desde sua concepção, o reconhecimento das diferenças como parte constitutiva do projeto arquitetônico. Essa compreensão sustenta a proposta metodológica do Novo Observatório, cuja atuação conjuga diagnóstico técnico e escuta ativa das comunidades escolares, convertendo a arquitetura em um campo ético de mediação social e em instrumento de promoção da equidade educacional.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia a ser adotada fundamenta-se em uma abordagem qualitativa e participativa, sustentada pelos princípios da pesquisa-ação (Thiollent, 2011) e pela integração entre ensino, pesquisa e extensão. A proposta metodológica foi estruturada a partir da maturidade acumulada em três ciclos anteriores — Morro da Fumaça (2018–2020), Içara (2020–2022) e Forquilha (2023–2025), nos quais a estrutura técnica e pedagógica vem sendo progressivamente aprimorada. No novo ciclo, que será desenvolvido no município de Maracajá entre os anos de 2025 a 2027, pretende-se não apenas replicar a metodologia validada nas experiências anteriores, mas também aprofundar a dimensão social e educativa da ação extensionista, fortalecendo o envolvimento comunitário e ampliando os indicadores de impacto qualitativo.

O recorte territorial de Maracajá, localizado no extremo sul de Santa Catarina e integrante da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC), apresenta características



socioeconômicas e educacionais que o tornam um campo representativo para a continuidade do projeto. Com aproximadamente 7.300 habitantes e uma rede municipal de ensino composta por 1.525 matrículas distribuídas entre creches, pré-escolas e ensino fundamental, o município evidencia avanços nas políticas de inclusão, embora ainda enfrente desafios estruturais relacionados à infraestrutura física das escolas e à gestão da acessibilidade. Em âmbito municipal, de acordo com dados do Censo Escolar 2024 (INEP), cerca de 80% das escolas municipais possuem algum recurso de acessibilidade física e 60% contam com salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE). No entanto, tais informações revelam limitações metodológicas, pois a maioria dos gestores compreende acessibilidade de modo restrito, muitas vezes associando-a apenas à existência de rampas e banheiros adaptados, sem considerar aspectos como sinalização tátil, mobiliário acessível ou rotas externas seguras. Maracajá registra 93 estudantes com deficiência matriculados, correspondendo a aproximadamente 6,1% do total de matrículas, o que reforça a relevância de uma análise técnica detalhada que subsidie futuras decisões administrativas e políticas de inclusão escolar.

A execução metodológica do projeto será estruturada em cinco etapas integradas, orientadas pela ABNT NBR 9050:2020, pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e pelos princípios do Desenho Universal (Imrie, Hall, 2001). A primeira etapa consistirá no diagnóstico espacial participativo, no qual equipes formadas por docentes e discentes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil realizarão visitas técnicas às escolas municipais de educação infantil e ensino fundamental regular. Nessas visitas, serão aplicadas planilhas técnicas de avaliação, elaboradas com base nos parâmetros normativos e nas metodologias contidas no Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas (Dischinger et al., 2009). O processo incluirá observações *in loco*, medições, registros fotográficos e entrevistas com gestores escolares, professores e membros da comunidade. Além do levantamento físico, será promovida uma escuta ativa sobre as barreiras enfrentadas cotidianamente pelos usuários do espaço, de modo a garantir que a análise técnica dialogue com as percepções sociais dos atores locais (Figuras 01 e 02).

Figuras 1 e 2 – Visitas *in loco* e o trabalho de conferência.



(1)



(2)

Fonte: Autores, 2024.

A segunda etapa corresponderá à proposição de soluções técnicas, na qual os dados coletados serão sistematizados em relatórios individualizados para cada unidade escolar. Esses relatórios apresentarão representações gráficas, tabelas de conformidade e recomendações de adequação das edificações e de seus entornos, considerando o grau de acessibilidade e as possibilidades de



execução de melhorias de baixo custo. Tal produção deverá constituir não apenas um produto técnico, mas também um instrumento pedagógico de apoio à gestão pública, fortalecendo a autonomia dos profissionais municipais na tomada de decisões. A metodologia prevê, ainda, que os relatórios sejam entregues à Secretaria Municipal de Educação em versões digital e impressa, acompanhadas de reuniões de devolutiva e orientação técnica quanto às prioridades de intervenção (Figura 03).

Figura 3 – Entrega do material ao Secretário de Educação de Forquilha.



Fonte: Autores, 2024.

Na sequência, serão realizadas oficinas temáticas com a comunidade escolar, concebidas como espaços formativos e de sensibilização sobre acessibilidade, inclusão e cidadania. Essas oficinas, mediadas pelos extensionistas, utilizarão dinâmicas participativas envolvendo alunos, professores, familiares e servidores, com o objetivo de promover reflexões críticas sobre o espaço escolar e seus usos cotidianos. A proposta “Meu Desenho Inclusivo”, por exemplo, mobilizará crianças de 5 a 10 anos para representar, por meio do desenho, como imaginam uma escola e uma cidade acessíveis a todas as pessoas. Essa metodologia lúdico-pedagógica será fundamentada em autores como Tonucci (2022) e Corsaro (2020), que reconhecem a infância como sujeito de direitos e produtora de conhecimento sobre o território, demonstrando a convergência entre arquitetura, urbanismo e pedagogia crítica.

A avaliação do projeto será conduzida de maneira contínua e participativa, com reuniões mensais da equipe executora e a construção de indicadores qualitativos e quantitativos. Entre os principais indicadores previstos estão o número de escolas visitadas, a quantidade de relatórios técnicos elaborados e entregues, a frequência das oficinas realizadas, o grau de satisfação da comunidade escolar e as evidências de apropriação do conteúdo sobre acessibilidade pelos participantes. A análise desses dados permitirá monitorar o impacto do projeto em múltiplas escalas: a microescala, relacionada à melhoria das condições espaciais das escolas, e a macroescala, voltada à transformação das atitudes, percepções e práticas institucionais sobre inclusão educacional.

Por fim, a socialização dos resultados ocorrerá por meio da divulgação das experiências em eventos científicos, relatórios públicos e publicações acadêmicas, assegurando o retorno dos conhecimentos produzidos à comunidade e a difusão de boas práticas para outros municípios. Essa fase final reforçará o caráter formativo e multiplicador do projeto, consolidando a extensão universitária como prática transformadora do território. A proposta a ser aplicada em Maracajá, portanto, não representa um experimento isolado, mas a continuidade de uma metodologia consolidada nos ciclos anteriores, cuja eficácia já foi comprovada pela adesão das comunidades



escolares, pela replicabilidade do modelo e pela repercussão institucional nos municípios parceiros. Assim, o Novo Observatório reafirma-se como uma tecnologia social consolidada, de baixo custo e alto potencial de impacto, que, neste novo ciclo (2025–2027), buscará ampliar o alcance da justiça espacial e o direito à educação inclusiva por meio de práticas colaborativas e territorialmente contextualizadas.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos nas três edições anteriores do projeto Novo Observatório demonstram a eficácia da metodologia aplicada e seu potencial de replicabilidade como tecnologia social voltada à promoção da acessibilidade espacial e da justiça educacional. Nos municípios de Morro da Fumaça (2018–2020), Içara (2020–2022) e Forquilha (2023–2025), a aplicação das planilhas técnicas e das auditorias espaciais permitiu calcular o Índice Geral de Acessibilidade, indicador que expressa o percentual médio de conformidade normativa obtido nas rotas analisadas. O valor médio registrado nos três ciclos foi de 67,8%, abaixo do mínimo ideal de 70%, o que revelou a persistência de barreiras físicas e perceptivas nos espaços escolares e indicou a necessidade de políticas públicas integradas de adequação arquitetônica e pedagógica.

Os resultados qualitativos observados nessas etapas reforçaram que a inclusão educacional não depende apenas da eliminação de barreiras físicas, mas também de uma transformação cultural e institucional no modo como a acessibilidade é compreendida e implementada. A partir das devolutivas entregues às secretarias municipais, os diagnósticos geraram efeitos concretos, como a requalificação de rampas, instalação de pisos táteis, correção de desníveis em acessos e adaptação de sanitários. Em paralelo, as oficinas temáticas com a comunidade escolar promoveram o engajamento de estudantes, professores e familiares, permitindo o surgimento de uma nova percepção coletiva sobre a importância do espaço escolar como ambiente de convivência, autonomia e pertencimento. Essa dimensão participativa foi apontada por Silva e Andrade (2021) e Pereira e Souza (2020) como elemento essencial para a sustentabilidade das ações de acessibilidade, pois amplia o alcance das intervenções para além do campo técnico, incorporando dimensões pedagógicas e éticas da inclusão.

Entre os impactos diretos dos ciclos anteriores, destacam-se a utilização dos relatórios técnicos pelos gestores públicos como subsídios para a formulação de projetos arquitetônicos. A repercussão regional dessas ações reforçou o papel da universidade como mediadora entre conhecimento técnico e políticas públicas, consolidando o Novo Observatório como modelo de extensão replicável em municípios de pequeno e médio porte.

Os resultados também evidenciaram um padrão espacial recorrente nas escolas avaliadas, no qual os maiores índices de inadequação concentram-se nas rotas externas de acesso às escolas (20%), na biblioteca (33,3%) e nas salas de atendimento especializado (36,4%), enquanto espaços como sanitários (84,6%) e refeitórios (85,7%) apresentaram desempenho superior. Essa discrepância indica a adoção de soluções isoladas, muitas vezes motivadas por exigências pontuais de fiscalização, e não por uma compreensão sistêmica da acessibilidade como eixo de planejamento urbano e educacional. Esses achados reforçam a análise de Heylighen (2023) e Saraswat (2023), para quem a inclusão só se concretiza quando o espaço é concebido a partir da interdependência e da diversidade dos corpos, e não como mera adequação posterior ao edifício existente.

Com base nessa trajetória consolidada, o novo ciclo (2025–2027), a ser desenvolvido no município de Maracajá, projeta resultados esperados em três dimensões complementares:



técnica, educativa e social. Na dimensão técnica, espera-se alcançar 100% da rede municipal de ensino por meio da aplicação das auditorias espaciais, com vistas a produzir um diagnóstico integral das condições de acessibilidade das escolas. A previsão é de que, ao final do ciclo, o município disponha de um mapa técnico de acessibilidade escolar, contendo o índice de conformidade de cada unidade, as prioridades de intervenção e recomendações específicas para adequações futuras.

Na dimensão educativa, espera-se que a metodologia participativa das oficinas promova a formação crítica e continuada de professores, alunos e gestores, fortalecendo o reconhecimento da acessibilidade como um direito humano e uma ferramenta pedagógica de inclusão. Pretende-se que as escolas envolvidas passem a adotar práticas institucionais permanentes de avaliação e melhoria do ambiente físico, criando comissões internas de acessibilidade escolar, estimuladas pelo processo formativo do projeto. Também se prevê a ampliação do alcance das atividades de sensibilização, com a participação de familiares e da comunidade local em campanhas públicas sobre inclusão e cidadania espacial.

Espera-se que, ao final do triênio, o projeto amplie sua rede de cooperação institucional, incluindo novas parcerias com o Ministério Público, conselhos municipais e entidades representativas de pessoas com deficiência, fortalecendo sua inserção na agenda estadual de inclusão e acessibilidade. Assim, o ciclo 2025–2027 projeta não apenas resultados quantitativos em termos de relatórios e índices, mas transformações qualitativas duradouras na cultura institucional, no modo de projetar, gerir e vivenciar o espaço escolar, reafirmando o papel da arquitetura como instrumento de justiça espacial e equidade social.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A trajetória do Novo Observatório evidencia o potencial transformador da universidade quando atua como mediadora entre conhecimento técnico, política pública e transformação social. O conjunto de resultados já obtidos nas edições anteriores e as projeções estabelecidas para o novo ciclo em Maracajá (2025–2027) confirmam que a acessibilidade escolar deve ser compreendida como um processo sistêmico e contínuo, em que o espaço físico, as práticas pedagógicas e a gestão institucional interagem de modo interdependente. A experiência acumulada demonstra que a pesquisa-ação, aplicada de maneira colaborativa e participativa, é um instrumento eficaz para o diagnóstico e a correção de barreiras arquitetônicas, mas sobretudo para a formação cidadã de estudantes, gestores e comunidades escolares.

Ao projetar o ciclo 2025–2027, o projeto fortalece seu compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 4 (Educação de Qualidade) e o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), consolidando-se como uma ação alinhada às agendas globais de equidade e sustentabilidade. O Novo Observatório reafirma, assim, sua identidade como tecnologia social consolidada e expansível, de baixo custo e alto impacto, cuja efetividade repousa na articulação entre tecnicidade, sensibilidade e compromisso ético.

Em síntese, a continuidade do projeto em Maracajá representa mais do que a ampliação territorial de uma metodologia bem-sucedida: configura-se como uma etapa de maturidade institucional e de aprofundamento teórico-prático, na qual a universidade, por meio da extensão, reafirma seu papel social de transformar conhecimento em justiça espacial. Ao promover o encontro entre arquitetura, educação e cidadania, o Novo Observatório torna-se exemplo concreto de como a acessibilidade, quando concebida como princípio estruturante do espaço e da convivência, pode redefinir as relações entre as pessoas, o território e o direito à cidade.



## REFERÊNCIAS

AMANI, S. Building Accessibility into School Management Practices. *International Journal of Educational Development*, v. 95, p. 102–118, 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050:2020** – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 dez. 1993.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre a extensão na educação superior brasileira e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 dez. 2018.

CORSARO, W. A. **Sociologia da Infância**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2020.

DISCHINGER, M.; MACHADO, R.; BINS ELY, V. H. M. **Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas**. Florianópolis: Ministério da Educação; UFSC, 2009.

HEYLGHEN, A. Design for Inclusion: Rethinking Disability in Architecture. *Buildings*, v. 13, n. 5, p. 1123–1138, 2023.

IMRIE, R.; HALL, P. *Inclusive Design: Designing and Developing Accessible Environments*. London: Spon Press, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Censo Escolar da Educação Básica 2024: Notas Estatísticas*. Brasília: INEP, 2024.

KASPER, Andrea de Aguiar; LOCH, Márcia do Valle Pereira; PEREIRA, Vera Lúcia Duarte do Valle. Alunos com deficiência matriculados em escolas públicas de nível fundamental: algumas considerações. *Educar em Revista*, [S. l.], v. 31, n. 31, p. 231–243, 2008. DOI: 10.1590/S0104-40602008000100014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602008000100014&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602008000100014&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 19 out. 2025.

KOOLI, C. Artificial Intelligence for Inclusive Education: Empowering Diversity through Technology. *Computers and Education: Artificial Intelligence*, v. 7, p. 100606, 2025.

NAÇÕES UNIDAS. ONU: 75% das crianças com deficiência não têm acesso à educação inclusiva e de qualidade | ONU News. 2025. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/03/1663191>. Acesso em: 19 out. 2025.

ODEH, Z. R. et al. Architectural Barriers and Educational Accessibility: Systematic Review of School Environments for Students with Disabilities. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 21, n. 2, p. 249–268, 2024.



PEREIRA, R. A.; SOUZA, F. A. **Arquitetura Escolar e Inclusão**: Interação entre Espaço e Pedagogia na Educação Básica Brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, v. 25, e250086, 2020.

SARASWAT, D. **Spatial Justice in Educational Design**: Embedding Equity in the Built Environment of Learning. *Journal of Architectural Education*, v. 77, n. 1, p. 55–73, 2023.

SILVA, M. E.; ANDRADE, R. P. **Acessibilidade e Sustentabilidade Social em Escolas Públicas**: Interfaces entre Arquitetura e Gestão Educacional. *Revista Educação e Contemporaneidade*, v. 30, n. 61, p. 1–18, 2021.

SAMANIEGO LÓPEZ, A.; GARCÍA, M. P.; PÉREZ, L. J. **Assistive Technologies and Accessibility in Educational Spaces**: A Systematic Review (2020–2025). *Education Sciences*, v. 15, n. 6, p. 715, 2025.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TONUCCI, F. **A Cidade das Crianças**: A Autonomia como Princípio de Projeto Urbano e Educativo. 5. ed. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2022.

#### **AGRADECIMENTOS**

Agradecimentos especiais à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Inovação e Extensão (PROPIEX) e a Diretoria de Extensão, Cultura e Ações Comunitárias através do Edital interno.